

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00
Sede: Avenida Paulista, 1450, 9º andar, parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Celta Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	11.677	12.275	CIRCULANTE	444	150
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	11.283	3.628	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e).....	141	1
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6).....	-	7.538	Dividendos a Pagar (Nota 9d).....	221	76
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d).....	-	756	Provisão para Pagamento de Despesas Administrativas.....	82	73
Créditos Tributários (Nota 15c).....	394	353	NÃO CIRCULANTE	1.221	-
NÃO CIRCULANTE	352.503	327.319	Provisão para Impostos e Contribuições.....	1.221	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	105.853	96.506	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	362.515	339.444
Créditos Tributários (Nota 15c).....	4.655	5.609	Capital Social:		
Valores a Receber (Nota 7).....	99.708	89.096	- De Domiciliados no País.....	124.500	115.600
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 15d).....	1.490	1.801	Reservas de Capital (Nota 9b).....	91.493	100.393
INVESTIMENTOS (Nota 8).....	246.650	230.813	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	146.522	123.451
TOTAL	364.180	339.594	TOTAL	364.180	339.594

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2011	2010				Legal	Estatutária		
RECEITAS OPERACIONAIS	33.032	25.365	Saldos em 31.12.2009	25.600	190.393	5.055	110.439	-	331.487
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8).....	15.836	5.393	Capitalização de Capital com Reservas.....	90.000	(90.000)	-	-	-	-
Receitas Financeiras (Nota 10).....	17.196	17.282	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	8.033	8.033
Outras Receitas Operacionais.....	-	2.690	Destinações - Reservas.....	-	-	402	7.555	(7.957)	-
DESPESAS OPERACIONAIS	5.935	15.972	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(76)	(76)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	184	182	Saldos em 31.12.2010	115.600	100.393	5.457	117.994	-	339.444
Despesas Tributárias (Nota 11).....	1	256	Capitalização de Capital com Reservas.....	8.900	(8.900)	-	-	-	-
Despesas Financeiras (Nota 13).....	5.750	15.534	Lucro Líquido do Exercício.....	-	-	-	-	23.292	23.292
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	27.097	9.393	Destinações - Reservas.....	-	-	1.165	21.906	(23.071)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a)	(3.805)	(1.360)	- Dividendos Propostos.....	-	-	-	-	(221)	(221)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23.292	8.033	Saldos em 31.12.2011	124.500	91.493	6.622	139.900	-	362.515
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)	31,48	8,40							
Lucro por ação básico aos acionistas ordinários.....	31,48	8,40							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil					
	Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2011	2010		2011	%	2010	%		
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			1 - RECEITAS	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	27.097	9.393	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(145)	(0,5)	(162)	(0,6)	(162)	(0,6)
Ajustes ao Lucro Líquido Antes dos Impostos	(26.646)	86.679	2.1) Serviços de Terceiros.....	(145)	(0,5)	(162)	(0,6)	(162)	(0,6)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(15.463)	(5.393)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(145)	(0,5)	(162)	(0,6)	(162)	(0,6)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas.....	(11.183)	92.072	4 - RETENÇÕES	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido Ajustado	451	96.072	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(145)	(0,5)	(162)	(0,6)	(162)	(0,6)
Redução/(Aumento) em Aplicações Financeiras.....	7.334	19.947	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	33.031	100,5	25.365	100,6	25.365	100,6
Aumento/(Redução) em Outros Ativos.....	(61)	-	6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial.....	15.836	48,2	5.393	21,4	5.393	21,4
(Aumento) em Impostos a Recuperar/Compensar.....	-	(538)	6.2) Receitas Financeiras.....	17.195	52,3	19.972	79,2	19.972	79,2
Redução/(Aumento) em Outros Créditos.....	-	(85.493)	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	32.886	100,0	25.203	100,0	25.203	100,0
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações.....	7	36	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	32.886	100,0	25.203	100,0	25.203	100,0
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	-	(473)	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições.....	3.843	11,7	1.636	6,5	1.636	6,5
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	7.731	29.551	Federais.....	3.843	11,7	1.636	6,5	1.636	6,5
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros..	5.750	17,5	15.535	61,6	15.535	61,6
Dividendos Provisionados/Pagos.....	(76)	(26.883)	8.3) Remuneração de Capitais Próprios.....	23.292	70,8	8.032	31,9	8.032	31,9
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(76)	(26.883)	Dividendos.....	221	0,7	76	0,3	76	0,3
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.655	2.669	Lucros Retidos.....	23.071	70,1	7.956	31,6	7.956	31,6
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício.....	3.628	959							
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício.....	11.283	3.628							
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.655	2.669							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Celta Holdings S.A. é uma sociedade que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Celta Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, que foram avaliados ao seu valor justo. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, conforme nota 4. A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas e quando acionistas deliberam pela adoção dessa faculdade. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis foram preparadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação e estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de compra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em características de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimentos, são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investido, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de *genir* as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

I - Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1450, 9º andar, parte, Cerqueira César - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito do Grupo em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e dos impostos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item: Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possam risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, estão incluídas na seguinte nota explicativa: Nota 15f – Previsão de realização dos créditos tributários.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	7.571	16
Fundos de investimentos financeiros (2).....	3.712	3.612
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	11.283	3.628

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e
(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou empresas a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A., montante de R\$ 3.712 (2010 - R\$ 3.612).

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário, no montante em 2010 de R\$ 7.538, vencidos em 11/04/2011.

7) VALORES A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 99.708 (2010 - R\$ 89.096), refere-se à repactuação do crédito com a FIS - Fidelity National Information Services, INC mediante o cancelamento de notas promissórias. Este ativo está sendo atualizado pela variação cambial e variação do Depósito Interbancário - DI, os pagamentos serão 11 parcelas anuais, sendo que a primeira parcela foi paga à vista em dezembro de 2010 e as demais parcelas serão pagas anualmente, com vencimento a partir de 2012.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 15.836 (2010 - R\$ 5.393).
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Em 31 de dezembro							
	Patrimônio Líquido Ajustado		Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	2011	2010			2011	2010		
Fidelity Processadora de Serviços S.A. (1) (2).....	503.366	39.504	62.924	48,99	246.650	230.813	15.836	5.393
Total	246.650	230.813	15.836	5.393				

(1) Dados relativos a 31.12.2011; e
(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	740.000	740.000
Total	740.000	740.000

b) Reservas de Capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de lucros.....	146.522	123.451
- Reserva legal (1).....	6.622	5.457
- Reserva estatutária (2).....	139.900	117.994
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e		
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.		

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	23.292	8.033
Reserva Legal	(1.165)	(402)
Base de Cálculo	22.127	7.631
Dividendos mínimos obrigatórios	221	76
Total dos Dividendos	221	76
(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.		

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	407	113
Rendimento de Certificados de Depósito Bancário.....	230	2.490
Juros Ativos	6.661	1.896
Variação Monetária Ativa.....	9.898	12.763
Total	17.196	17.282

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
PIS/COFINS	-	246
Impostos e Taxas	1	10
Total	1	256

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	6	18
Editais e Publicações	139	144
Contribuição Sindical Patronal.....	39	20
Total	184	182

13) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Variação Monetária Passiva	5.750	15.534
Total	5.750	15.534

14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	2011		2010	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	5	-	16	-
Dividendos a Pagar:				
União Participações S.A.	(221)	-	(76)	-
Valores a Receber:				
FIS - Fidelity National Information Services, INC	99.708	10.612	89.096	(1.259)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	27.097	9.393
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(9.213)	(3.194)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	5.384	1.834
Outros valores	24	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.805)	(1.360)
b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social		

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2011	2010
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(2.892)	(7.108)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	(186)	5.748
Constituição/realização no exercício, de Prejuízo Fiscal e Base Negativa.....	(727)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(3.805)	(1.360)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2010	Constituição	Realização	2011
Diferenças Temporárias relativas a variação cambial das notas promissórias.....	214	-	(214)	28
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social.....	5.748	28	(726)	5.021
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	5.962	28	(940)	5.049

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 4.552 mil.

d) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 1.490 (2010 - R\$ 2.557), referem-se ao imposto de renda de exercícios anteriores no montante de R\$ 1.490 (2010 - R\$ 1.801), imposto de renda sobre aplicações financeiras em 2010 no montante R\$ 538 e antecipação de imposto de renda e contribuição social em 2010, no montante de R\$ 218.

e) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 141, referem-se a Imposto de Renda de R\$ 103, e Contribuição Social de R\$ 38.

f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa

	Diferenças Temporárias		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2012.....	4	1	5
2013.....	4	1	5
2014.....	4	1	5
2015.....	4	2	6
2016.....	5	2	7
Total	21	7	28

	Prejuízo Fiscal e Base Negativa		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2012.....	286	103	389
2013.....	812	292	1.104
2014.....	868	313	1.181
2015.....	906	326	1.232
2016.....	820	295	1.115
Total	3.692	1.329	5.021

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

- Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.
- Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.
- A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC-1SP202567/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Celta Holdings S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a

avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Celta Holdings S.A.

CNPJ 07.394.072/0001-00

Sede: Avenida Paulista, 1450, 9º andar, parte, Corqueira César - São Paulo - SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

8) INVESTIMENTOS		14) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e correspondem, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 15.836 (2010 - R\$ 5.393).		a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:		
b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:				
Em 31 de dezembro				
Empresas	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no capital social - %	
Fidelity Processadora de Serviços S.A. (1) (2)	503.366	39.504	62,924	
Total			48,99	
Investimentos: 2011: 246.650; 2010: 230.813; Ajuste decorrente de avaliação (3): 2011: 15.836; 2010: 5.393				
(1) Dados relativos a 31.12.2011 e (2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Companhias, a partir da aquisição e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes do resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis.				
9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
a) Composição do capital social em ações		a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social		
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.		Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social): 2011: 27.097; 2010: 9.393		
Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		
Ordinárias	2011	2010	2011	
Total	740.000	740.000	27.097	
b) Reservas de Capital		Encargos totais do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente: (9.213)		
A reserva de capital é composta principalmente por ação pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) abstração de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.		Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes: 5.384		
c) Reservas de Lucros		Outros valores: (3.865)		
Em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro		
Reservas de lucros	2011	2010	2011	
- Reserva legal (1)	146.522	123.451	(2.892)	
- Reserva estatutária (2)	6.622	5.457	(186)	
- Reserva para compensar prejuízos e para compensar resultados positivos	139.900	117.994	(3.865)	
- Reserva para manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pelo que se constituiu em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.				
- Dividendos				
Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício. Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:				
Em 31 de dezembro				
Lucro Líquido do Exercício	2011	% (1)	2010	
Reserva Legal	23.292		8.033	
Base de Cálculo	22.127		7.833	
Dividendos mínimos obrigatórios	221		76	
Total dos Dividendos	221		76	
(1) Percentual dos dividendos sobre base de cálculo.				
10) RECEITAS FINANCEIRAS		16) OUTRAS INFORMAÇÕES		
Em 31 de dezembro		a) Dadas as características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.		
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	2011	2010	b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevante.	
Rendimento de Certificados de Depósito Bancário	407	113	c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.	
Juros Ativos	230	2.490	A DIRETORIA	
Variação Monetária Ativa	6.981	1.896	Sílvia José Alves - Contador - CRC-1SP2025670-5	
Total	9.898	12.783		
11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		17) DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS		
Exercícios findos em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro		
PIS/COFINS	2011	2010	2011	
Impostos e Taxas	1	246	2012	
Total	1	256	2013	
12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS		2014		
Em 31 de dezembro		2015		
Serviços de Terceiros	2011	2010	2016	
Editoriais e Publicações	6	18	Total	
Contribuição Sindical Patronal	139	144	3.692	
Total	145	162	1.329	
13) DESPESAS FINANCEIRAS		18) OUTRAS INFORMAÇÕES		
Em 31 de dezembro		a) Dadas as características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.		
Variação Monetária Passiva	2011	2010	b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevante.	
Total	5.750	15.534	c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.	
	5.750	15.534	A DIRETORIA	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Celta Holdings S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Celta Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celta Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

KPMG

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP/142830-0

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP 160789/O-0

André Dala Pola

Contador CRC 1SP 21400710-2

Cassco, 15 de fevereiro de 2012



UNIDOS CONTRA A AMÉRICA

Taleban suspende negociações de paz. Já Karzai quer isolar tropas nos quartéis e antecipar a saída estrangeira.

O processo de paz no Afeganistão sofreu um novo revés ontem depois que o Taleban anunciou a suspensão das negociações prévias com os Estados Unidos no Catar, poucos dias após um militar norte-americano abrir fogo e deixar 16 civis afegãos, dos quais nove eram crianças, mortos. Quase simultaneamente, o presidente afegão, Hamid Karzai, pediu que as tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) deixem as aldeias afegãs e limitem sua presença aos principais quartéis.

A decisão foi anunciada por Karzai durante visita do secretário de Defesa norte-americano, Leon Panetta, a Cabul. O presidente afegão também quer que a Otan passe o controle do país às tropas afegãs até 2013 - um ano antes do que Washington havia previsto para a retirada estrangeira. "As forças afegãs têm a capacidade de garantir a segurança nas vilas do nosso país", disse o mandatário. Karzai está confiante de que os afegãos sabem lidar "milhares de vezes" melhor com a po-



Diálogo - A insatisfação com os EUA também levou o Taleban a suspender as ainda incipientes negociações de paz com os norte-americanos.

Em janeiro, o grupo insurgente aceitou abrir um escritório no Catar para negociar um acordo de paz com os EUA, mas sem a presença do governo afegão.

Ontem, o Taleban culpou os norte-americanos de serem instáveis.

"Por causa de suas posições em constante mudança, o Emirado Islâmico foi obrigado a suspender todas as conversas com os norte-americanos", de acordo com comunicado publicado no site do grupo, sem fazer menção às mortes de domingo.

Os insurgentes acrescentaram que foram obrigados a suspender o processo porque Washington, diante de exigências como a libertação de prisioneiros do Taleban na base de Guantánamo, encravada em Cuba, respondeu com uma lista de condições que eles consideraram "não só inaceitáveis como também uma contradição a pontos decididos anteriormente". (Agências)

Scott Olson/Reuters



Erik de Castro/Reuters



Karzai (acima, à esq.) pede a Panetta que tropas da Otan permaneçam dentro de suas bases. Após massacre em Kandahar, o líder quer retirar militares estrangeiros das vilas, onde civis tentam manter a normalidade à esq., vendedor de cobertores em bazar perto de base militar em Kunar.